

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRO SUL FLUMINENSE - RJ¹

João Luiz de Figueiredo Silva²

Introdução

O objetivo deste trabalho é problematizar a questão do desenvolvimento territorial. Em meados da década de 90 essa problemática voltou ao centro das discussões no Brasil, porém a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento era latente. Nesse sentido, alguns trabalhos vem sendo desenvolvidos por geógrafos, economistas, historiadores, sociólogos e outros pesquisadores que intentam apresentar alternativas ao modelo de desenvolvimento brasileiro praticado até início dos anos 80, cujas bases foram fundadas unicamente no crescimento econômico e modernização tecnológica.

O estado do Rio de Janeiro possuiu ao longo de sua história um modelo de desenvolvimento muito peculiar, o qual teve como consequência o aprofundamento das desigualdades espaciais no estado. O esvaziamento do interior fluminense é o maior reflexo desse modelo. A região Centro Sul Fluminense se insere nesse contexto, sendo uma das regiões mais pobres e menos dinâmicas do estado. Somente políticas de desenvolvimento que incorporem a base territorial da região na discussão podem se apresentar como possíveis soluções à estagnação regional.

Portanto, trabalhos comprometidos com uma nova forma de pensar a problemática do desenvolvimento e empenhados em buscar alternativas para as regiões menos dinâmicas tornam-se vitais para a construção de uma sociedade mais justa.

Destarte, o trabalho está estruturado em quatro partes, a saber: a primeira é a introdução; a seguir faremos uma abordagem conceitual sobre a nova concepção de desenvolvimento que defenderemos ao longo do trabalho; a terceira parte consiste na análise das transformações sócio-espaciais recentes do Centro Sul Fluminense, o que permitirá diagnosticar a realidade vivida pela região; e por fim apresentaremos quais são os entraves e as perspectivas para a retomada do desenvolvimento na região em estudo.

¹ Adaptação de trabalho publicado no livro "Revisitando o território fluminense" organizado pelos professores Glaucio José Marafon e Miguel Ângelo Ribeiro.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. joaoluiz@openlink.com.br

I - Por uma nova perspectiva de desenvolvimento

A questão do desenvolvimento foi alvo central de muitos trabalhos entre as décadas de 50 e 70. A longa crise vivida pelo Brasil nos anos 80 fez as atenções se voltarem para o controle inflacionário da economia. Com a estabilização em 1995 o debate sobre o desenvolvimento voltou a cena, porém é fundamental que isso ocorra sobre novas bases.

Começaremos a nossa discussão a partir de uma fácil constatação: o Brasil não alcançou o nível de desenvolvimento ao qual se propôs e buscou ao longo dos anos desenvolvimentistas. Essa observação é ratificada a partir do momento que buscamos entender o conceito de desenvolvimento de forma mais abrangente.

Assim, a relevância deste trabalho se encontra na procura por uma nova perspectiva de compreensão do que seja desenvolvimento, assim como os meios para obtê-lo. Essa discussão se torna central por alguns motivos: 1) com o fim do desenvolvimentismo brasileiro e redução do papel do Estado visualizamos que esse modelo não foi capaz de promover o tão sonhado desenvolvimento brasileiro, ao contrário disso, diversas desigualdades foram aprofundadas; 2) acreditava-se que o desenvolvimento industrial brasileiro levaria a uma urbanização inexorável do espaço brasileiro, entretanto, o rural se recriou e fortaleceu suas especificidades passando a desempenhar novas funções e novas dinâmicas; 3) a compreensão de desenvolvimento como sendo unicamente crescimento econômico não condiz com a amplitude desse conceito; 4) ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro o território sempre esteve à margem da discussão, quando deveria desempenhar papel ativo.

Diante de todas essas falácias do modelo antigo, surge uma nova alternativa que é o desenvolvimento local ou endógeno. Em primeiro lugar esse termo não se restringe apenas ao crescimento econômico e expande-se às questões sociais e ambientais. Valoriza-se o local que articulado ao global torna-se o centro da discussão. Entende-se que as raízes para o desenvolvimento encontram-se no próprio território. A urbanização deixa de ser uma lei geral e o rural passa a ser valorizado. Torna-se importante entender a articulação da cidade com o campo e conseqüentemente a nova relação cidade-campo. Por fim, o Estado deixa de ser o principal agente e emerge a sociedade, que juntamente com as corporações e o Estado articulam-se e debatem propostas para o desenvolvimento. Fica claro, portanto, a necessidade de busca por um novo paradigma de desenvolvimento (ver quadro 1).

Quadro 1: O antigo e o novo paradigma de desenvolvimento.

	Antigo Paradigma (Desenvolvimentismo)	Novo Paradigma
Agentes	Estado	Estado, iniciativa privada e sociedade
Esfera de atuação	Econômica	Econômica, social e ambiental

Origem dos processos	Exógenos	Exógenos e endógenos
Escala	Nacional	Local e regional
Algumas crenças e fatos	<ul style="list-style-type: none"> - Urbanização inexorável. - Infindabilidade dos recursos naturais - Crença no crescimento econômico 	<ul style="list-style-type: none"> - Nova relação cidade-campo - Escassez de recursos naturais - Recessão econômica mundial
Visão da natureza	Utilitarista; dicotomia homem/natureza	A natureza é limite e condição de vida
Papel do território	Segundo plano	Ativo

Organização do autor.

Souza (1997, 2000) trata com grande habilidade a complexidade do conceito de desenvolvimento e procura acabar com o reducionismo que o atrela unicamente ao crescimento econômico ou desenvolvimento econômico. O autor afirma que isso é uma “monodimensionalidade” do conceito. Para ele, o exemplo máximo da monodimensionalidade “é o conceito, tão empobrecedor e restritivo, de ‘desenvolvimento econômico’” (Souza, p.48, 1997). O autor aponta ao longo de seu texto outras simplificações a respeito do desenvolvimento, a saber: “separação simplista entre o endógeno e o exógeno”; “abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares”; “negligência com o papel do espaço” e o “caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico das teorias” (Souza, p. 47-51, 1997). Trata-se, portanto, de uma grande contribuição para a renovação do conceito de desenvolvimento.

Também trabalhando pela renovação do conceito de desenvolvimento, Veiga (2001) afirma que: “um dos maiores obstáculos à renovação das idéias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira é a força que adquiriu nas últimas décadas o mito de sua avassaladora urbanização” (Veiga, p.101, 2001). Continuando, o autor mostra empiricamente que isto como dito anteriormente é uma falácia, pois “quem procurar conhecer os critérios de classificação territorial utilizado nas duas dezenas de nações mais democráticas e mais desenvolvidas do planeta, facilmente perceberá que menos de 60,0% da população brasileira pode ser considerada urbana” (Veiga, p.101, 2001).

Veiga (2001) afirma que há outro entrave a qualquer proposta séria de desenvolvimento para o Brasil. Para ele o desconhecimento por parte de muitos estudiosos de que o rural, além de atividades do setor primário, desempenha atividades dos setores secundário e terciário acaba mitificando o real papel que o rural possui. Na verdade, deve-se entender que a atual relação cidade-campo não é uma relação puramente setorial, onde o rural ficaria com as atividades primárias e a cidade com as outras. Dessa forma ele afirma que:

“Enquanto prevalecer essa dupla trapalhada – que combina o mito de um Brasil hiperurbanizado com ignorância sobre o peso dos serviços e da indústria na

economia rural – continuarão muito precárias todas as tentativas de formular uma nova agenda de desenvolvimento para o país” (Veiga, 2001, p.102).

Graziano da Silva (1997), Abramovay (2001) e Rua (2002) são exemplos de outros estudiosos que buscaram em seus trabalhos mostrar que o rural não está fadado ao desaparecimento, mas sim a uma recriação, onde novas funções e novas dinâmicas passam a ser desempenhadas. Apesar de algumas diferenças, é ponto comum entre os autores citados que o rural deve ser valorizado e não deixado à mingua nas políticas que tangem o desenvolvimento. O reconhecimento das especificidades do rural permite formular políticas próprias a esse espaço. Da mesma forma, estimular as relações entre cidade e campo beneficiaria os dois espaços sem desrespeitar as características de cada.

Com relação aos agentes promovedores do desenvolvimento, destacamos que é (na verdade, deveria ser maior) crescente o papel da sociedade civil. A organização crescente da sociedade civil em movimentos, como o MST, por exemplo, mostra a luta pelo fim das desigualdades e por uma sociedade mais democrática. O desenvolvimento promovido por medidas de cima para baixo já não encontra total falta de questionamento por parte da sociedade, que em alguns casos já se encontra muito bem organizada, como no exemplo acima, e com alto poder de articulação e questionamento. Vale destacar que movimentos apartidários como esse deveriam ser mais numerosos, pois refletem o que há de mais salutar na democracia.

Destacamos, por fim, o crescente papel que o local passa a desempenhar na busca pelo desenvolvimento. A relação dialética entre o local e o global resulta numa articulação onde essas diferentes escalas de análise caminham lado a lado de forma que, as medidas que partam do geral (global) para o particular (local) devem encontrar um ‘feedback’ que parta do particular (local) para o geral (global) e vice-versa.

Navarro (2001), a respeito do desenvolvimento local expressa que:

“Tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual. Primeiramente a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de ‘ação local’, que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes se aceleraram. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o ‘local’, no caso brasileiro, o município. É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que passam a

ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não” (Navarro, 2001, p. 90-91).

Benko (2002) afirma que o desenvolvimento local foi colocado na ordem do dia, pois não há mais a possibilidade de difusão do crescimento, até mesmo porque este não existe mais. Para ele “as novas estratégias tentam assegurar a mobilização endógena dos recursos e aumentar a capacidade de inovação e de adaptação das regiões envolvidas” (Benko, p. 157, 2002). Martin (1996), ao tratar das mudanças na economia e na geografia econômica desencadeadas a partir de meados da década de 70 afirma que até então “a economia capitalista moderna era vista, acima de tudo, como um sistema *industrial*, com padrões e trajetórias de localização industrial e desenvolvimento regional que parecia ser, e certamente era, bem comportado e previsível” (Martin, 1996, p. 32). Daí devemos ressaltar dois pontos principais: o primeiro, a previsibilidade; o segundo, o papel central da indústria no modelo de desenvolvimento. Ou seja, podia-se definir claramente o modelo de desenvolvimento dos países e regiões em função da sua industrialização, ou, então, definir políticas de desenvolvimento com base em projetos de industrialização. Atualmente, a certeza perdeu para a incerteza e a industrialização não é mais a única estratégia de desenvolvimento.

O incrível avanço dos meios de comunicação nos últimos anos levou muitos pesquisadores a concluir que território teria perdido seu significado para o capital. Ou seja, através das redes de comunicação, a produção poderia se dispersar livremente pelo mundo em busca de taxas de retorno maiores. Da mesma forma, outros apontaram resultado igual, já que a globalização significaria a homogeneização do espaço mundial. Entretanto não foi isso que aconteceu. Na verdade, tivemos a valorização das cidades e algumas regiões se destacaram, a partir de uma inserção diferenciada no que se convencionou chamar economia mundial.

Em primeiro lugar, a globalização necessita de locais capazes de coordenar o processo. Esses locais seriam nós da rede, nos quais o setor terciário seja muito desenvolvido e, portanto, capaz de gerenciar toda a fragmentação da estrutura produtiva pelo mundo. Benko (2002) entende, assim, que

“... a economia mundial emergente pode ser considerada como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, cada vez mais dependente, apesar de tudo das outras regiões” (Benko, 2002, p. 68).

O gerenciamento desse mosaico de regiões necessita de um amplo apoio do setor terciário, que valoriza o papel dos serviços de apoio à produção. “Quer se trate da indústria manufatureira ou do armazenamento dos produtos fabricados, as empresas estão usando

mais serviços legais, financeiros, publicitários, de consultoria e de contabilidade” (Sassen, 1998, p. 78).

A localização desses serviços se concentra em prioridade nas grandes metrópoles. De fato, há uma tendência de concentração. Por quê o setor de serviços, incluído os serviços de informação, não conseguiu sua independência quanto à localização? Para responder essa questão recorreremos a Sassen (1998).

“As cidades (...) oferecem economias aglomerantes e recursos extremamente inovadores. Alguns desses serviços são produzidos pelas próprias empresas, mas grande parte deles é adquirida de empresas especializadas na prestação de serviços.

(...) Nesse setor de prestação de serviços ocorre um processo de produção que se beneficia da proximidade de outros serviços especializados. É sobretudo o caso dos setores mais destacados e inovadores dessas indústrias. A complexidade e a inovação requerem freqüentemente aportes múltiplos e altamente especializados de várias indústrias. (...) A característica particular da produção explica a centralização do gerenciamento e da prestação de serviços, que alimentou a prosperidade econômica ocorrida no início e em meados da década de 1980, nas grandes cidades” (Sassen, 1998, p. 89).

Nestas condições, as grandes cidades se tornaram então locais privilegiados do processo de globalização, graças a sua capacidade de polarizar um importante complexo de serviços que apóia e articula as demais atividades.

A importância da cidade não se restringe apenas ao setor terciário, mas sim à todas as empresas que dependem do seu complexo e, portanto, se beneficiam com a economia de aglomeração.

“Em resumo, as empresas que exercem atividades mais rotineiras, que atuam em mercados predominantemente regionais ou nacionais, parecem estar cada vez mais livres para se mudarem ou instalarem suas matrizes fora das cidades. As empresas que se dedicam a atividades extremamente competitivas e inovadoras e/ou fortemente orientadas para o mercado mundial parecem beneficiar-se do fato de estarem localizadas na região central dos grandes centros do comércio internacional, por mais elevados que sejam os custos” (Sassen, 1998, p. 90).

Logo, as metrópoles são importantes agentes da globalização. A compreensão de suas dinâmicas territoriais nos permite entender os papéis ativos desempenhados por essas cidades na economia mundial.

Para uma melhor compreensão da importância do território em época de alta mobilidade do capital, é necessário analisar o debate regional em que vem sendo travado entre os “globalistas” e os “regionalistas”. A discussão principal se dá em torno da criação de fatores sociais, políticos e econômicos capazes de sustentarem o desenvolvimento territorial de uma dada região, ou seja, no primeiro caso a orientação do processo é mais para fora do que para dentro, enquanto que para os regionalistas os elementos do desenvolvimento territorial estão dentro do próprio território. Klink (2001) faz uma excelente abordagem dessas duas vertentes:

“Os globalistas analisam a política pública como um instrumento de inserção no cenário internacional. Conseqüentemente, as suas principais variáveis de referência para a política são relacionadas com a *dinâmica socioeconômica e política fora da própria região e do próprio país*, como a desregulamentação financeira e comercial na escala global, o aumento da volatilidade dos fatores de produção e dos fluxos de informações e a ampliação dos mercados. (...) Por outro lado, a vertente regionalista enfoca *o seu próprio território* na elaboração das políticas públicas. A política pública deveria encontrar e criar, *a partir das particularidades do próprio ambiente local*, uma economia regional competitiva” (Klink, 2001, p.44-45).

A vertente regionalista é sem dúvida aquela que entende o território dentro de sua subjetividade e o incorpora como elemento ativo de um projeto de desenvolvimento. O território não é visto como mero receptáculo de infra-estrutura, pois possui dinâmicas próprias que devem ser estimuladas ou valorizadas. O termo desenvolvimento territorial encontra nessa vertente sua maior expressão, em função do papel ativo do território. Como os elementos do desenvolvimento são encontrados nas características do próprio território, essa vertente defende o desenvolvimento endógeno. Não significa, contudo, ignorar os componentes globais, mas inverter a ótica. Ao invés da maior valorização do global, defende-se um projeto que entenda a relação global/local, enxergando especificidades no local capazes de sustentarem um projeto de desenvolvimento.

A visão regionalista entende que a competitividade e os ganhos de eficiência não são conseguidos unicamente com redes técnicas. Além de dotar o território de equipamentos capazes de viabilizar a inserção do local no global, deve-se defender uma maior interação entre os agentes. Isto é, a formação de uma rede de cooperação entre os diversos atores de forma a potencializar uma competitividade sistêmica, assim como ampliar a confiança entre eles. Numa política de desenvolvimento endógeno, a conectividade, a cooperação e a confiança entre os atores são pré-requisitos fundamentais.

Com o fim da padronização da produção, a competitividade se dá por estratégias de diversificação de produtos e pela qualidade. Logo, as regiões que conseguirem criar um

ambiente de cooperação, comunicação e confiança entre os seus atores, terão maiores possibilidades de desenvolver inovações e produtos diversificados com alto padrão de qualidade. A partir daí a região pode entrar em um ciclo virtuoso de prosperidade.

“Em função da diversificação de padrões vigentes no mercado, indústrias e regiões podem desenvolver a capacidade de ganhar sobre-lucros (temporários). E esses sobre-lucros *schumpeterianos*, por sua vez, proporcionam incentivos para a elaboração, aplicação e adaptação contínua de um conhecimento novo a respeito de produtos e processos, criando assim as bases de um processo de desenvolvimento endógeno. Na medida em que as convenções, normas e relações entre atores conseguem criar esse tipo de ambiente propício à inovação e ao dinamismo, a região será competitiva e relativamente independente de seus níveis de impostos e custos salariais. Essa é uma das peças-chave das chamadas ‘regiões em processos contínuos de aprendizagem’...” (Klink, 2001, p. 40).

A região dessa forma conseguiria se libertar da “guerra de lugares”. Ou seja, a sua competitividade estaria atrelada à sua própria subjetividade territorial, criando um “meio” onde as empresas encontrariam as condições ideais para a reprodução. Nesse sentido, a prosperidade da região estaria sustentada pelas suas próprias características territoriais. A redução de preços e custos não seria mais o principal componente de competitividade da região.

Entretanto, para que uma região consiga se inserir desta forma no mercado é necessário que os municípios com características similares aproximem-se para dialogar formas de cooperação entre seus agentes, instituições e representações. A região deve buscar uma “marca” sua, para através desta se inserir no mercado. Assim, as condições para o desenvolvimento endógeno começariam a ser traçadas. Igliori (2001) realizou trabalho relacionando os clusters industriais e desenvolvimento. Para ele, da concentração espacial das firmas é que decorre o aumento da produtividade. Como o cluster é baseado nas pequenas empresas, a conseqüência é a alta geração de emprego e renda e alta flexibilidade da produção.

O desenvolvimento é um objetivo de todos na sociedade e, portanto, as estratégias devem ser traçadas coletivamente. Vale dizer, que mais do que investimentos físicos (estradas, aeroportos etc), a região competitiva deve incentivar a qualificação profissional da população, a conectividade e confiança entre os agentes, o dinamismo das empresas regionais, o desenvolvimento de centros universitários e de pesquisa (Benko, 2002).

O novo modelo de desenvolvimento preconizado incorpora o território em toda a sua subjetividade, e evidencia em conseqüência o papel desempenhado pelas metrópoles e pelas regiões no mundo globalizado.

“Na verdade, o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político militar; o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição geral de poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de *estratégias de desenvolvimento sócio-espacial* em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica” (Souza, 2000, p. 100-101).

Finalizamos, portanto, essa parte do texto, esperando, mesmo que brevemente, ter contribuído para renovação do conceito de desenvolvimento. Um conceito muito mais amplo do que o mero reducionismo econômico posto em prática ao longo dos anos desenvolvimentistas do Brasil. Esperamos, também, fazer entender que a busca do desenvolvimento é um exercício coletivo, onde a sociedade é um dos agentes desse processo.

II - As Transformações sócio-espaciais recentes na região Centro Sul Fluminense

O recorte espacial em tela (ver mapa 1) teve o seu desbravamento durante o ciclo do ouro, quando importantes vias de escoamento passavam pela região, entretanto, o dinamismo econômico só aconteceria anos mais tarde ao longo do ciclo do café (Lamego, 1963). Nesse sentido, a economia cafeeira foi a maior tributária do desenvolvimento da região até o início do século XX. Com o declínio dessa atividade econômica e a ascensão da lógica urbana-industrial, a região passou por importantes transformações sócio-espaciais. A discussão dessas mudanças é o objetivo desta seção do trabalho.

Mapa 1: Localização da região Centro Sul Fluminense no estado do Rio de Janeiro



Entretanto, para a realização desse objetivo é importante ampliar a nossa escala de análise para o estado de Rio de Janeiro. Queremos com isso evidenciar o descolamento entre a metrópole e o interior fluminense, fato este responsável pela hipertrofia da primeira e esvaziamento do segundo. Destarte, estaremos não apenas descrevendo as transformações ocorridas na região em tela, mas problematizando-as. Sendo assim, antes de analisarmos as transformações recentes ocorridas na região Centro Sul Fluminense, estudaremos a singularidade territorial do Rio de Janeiro, que como será visto, contribuiu muito para o esvaziamento do estado, especialmente do interior.

A singularidade territorial do Rio de Janeiro

O fato do Rio ser a capital do Brasil resultou em um modelo de desenvolvimento peculiar. Moreira (2001) ao analisar o modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro afirma que este “estruturou-se segundo um modelo de tempo-espço que consistiu em desenvolver-se para desenvolver o país, e que introduziu, ao lado de tudo quanto reúne de resultados positivos, um acúmulo de problemas” (Moreira, 2001, p. 127).

Continuando, Moreira (2001) aponta que quando o Rio de Janeiro perde a hegemonia para São Paulo, entre os anos 20 e 40, o território fluminense é escolhido para sediar algumas empresas estratégicas para o desenvolvimento brasileiro. “Mantido como alavanca do desenvolvimento nacional do Brasil do ponto de vista político, enquanto sede do governo federal, o Estado do Rio de Janeiro é a alavanca agora do desenvolvimento econômico” (Moreira, 2001, p. 128).

Uma forte implicação surge a partir daí, se o modelo de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro foi voltado para impulsionar a economia nacional, com certeza problemas serão gerados internamente. O principal problema diz respeito ao interior fluminense. Ou seja, o modelo fluminense foi voltado para o Brasil e não para o seu interior. Inclusive a projeção da metrópole fluminense ocorreu mais em nível nacional do que regional ou estadual (Galvão, 1986). Moreira (2001) sublinha que a consequência de tudo isso são as disparidades internas ao estado.

De fato, o Rio de Janeiro é um estado que possui uma configuração territorial singular. Nenhuma outra unidade federativa apresenta os padrões de concentração existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ribeiro (2001) nos oferece uma diversidade de estatísticas que revelam essa singularidade: 75,7% da população do estado está localizada na região metropolitana, sendo que 40,7% da população estadual reside no município do Rio de Janeiro. Quanto ao interior do estado, apenas 24,3% da população reside nele.

Davidovich (2000) ao analisar elementos do contexto territorial do estado do Rio de Janeiro aponta para o que ela chama de “singularidade da configuração espacial” (Davidovich, 2000, p. 10). Entre as observações da autora pode-se destacar mais uma vez a referência feita ao:

“...perfil de centralização e de concentração de população, atividades e recursos, um perfil que, desde o passado remoto se afirmou na cidade do Rio de Janeiro, acentuando-se com o papel de capital do país e com a função portuária, e culminado com a situação de metrópole” (Davidovich, 2000, p. 10).

Tudo isso vai ao encontro da constatação de Moreira (2001). Enquanto a região metropolitana cresce, o interior não consegue se desenvolver. Mais grave é a constatação de que no estado do Rio de Janeiro não houve a formação de uma rede de cidades hierarquizadas e relacionadas entre si.

“No modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana concentra a população, os serviços, a administração, a renda, a poupança. O interior evolui sem o mesmo dinamismo, num plano em paralelo. Duas partes que não se interligam a partir de uma relação cidade-campo. As cidades do interior não firmam um vínculo com o entorno rural local, através de um intercâmbio no qual cidade e campo se beneficiem, beneficiando o desenvolvimento sobre a base cidade-campo do Estado como um todo. As cidades não são pólos, e o campo esteriliza-se, numa espécie estadual de inércia” (Moreira, 2001, p. 129).

Ou seja, a “representação frágil da rede de cidades no território fluminense, remete, assim, a seu processo de formação histórica” (Davidovich, 2000, p. 10).

A manutenção do Rio de Janeiro como capital do Brasil com certeza trouxe muitos benefícios para a cidade, entretanto gerou alguns problemas na escala estadual. De fato, a metrópole se desenvolveu desvinculadamente do seu entorno. Como já comentado anteriormente, o núcleo do estado e o interior se desenvolveram em diferentes temporalidades.

“A justaposição de dois segmentos espaciais politicamente ‘descolados’ um do outro, define a situação do Rio de Janeiro/cidade e do Rio de Janeiro/Estado. Voltados para atividades econômicas específicas e para funções sociais e administrativas definidas e delimitadas, tanto por seu próprio conteúdo interno quanto por sua esfera de ação, a cidade e o Estado criaram ao longo da história duas vidas senão autônomas pelo menos paralelas e relativamente independentes” (Galvão, 1986, p. 98).

Não há dúvida que, a condição de capital do Brasil contribuiu para isso. Aliás, antes de ser a capital do Brasil a cidade do Rio já havia possuído outros estatutos jurídicos. Ribeiro (2001) apresenta em seu estudo os diferentes estatutos jurídicos do estado. A conclusão é de que “nenhuma outra unidade política brasileira passou, em sua história, por tantos estatutos jurídicos, sobretudo o seu núcleo, representado pelo município e capital, como é o caso do Rio de Janeiro” (Ribeiro, 2001, p. 14). O importante é entender que, diante de tantos estatutos, o núcleo do estado sempre esteve desvinculado juridicamente do seu entorno. Mesmo ao perder a condição de capital do Brasil essa separação não foi reparada. Entre 1960 e 1975 a antiga capital do Brasil foi elevada a condição de estado, o estado da Guanabara, que continuava separado juridicamente do estado do Rio de Janeiro, isto é, do seu entorno. A configuração atual do estado do Rio de Janeiro só tomou forma em 1975, quando os militares decidiram fundir os dois estados. Essa “fusão resultou na criação do novo Estado do Rio de Janeiro, a pretexto de corrigir um erro histórico – a separação entre núcleo e periferia da metrópole carioca – e de contribuir para o desenvolvimento da economia do interior fluminense” (Santos, 2002, p. 16).

Brasileiro (1979) evidencia os objetivos declarados para a fusão:

“1) consolidar um pólo de desenvolvimento poderoso no Rio de Janeiro, a ser obtido pela integração política e econômica dos dois Estados;

2) viabilizar a região metropolitana pela eliminação da barreira político-institucional que separa o núcleo da região metropolitana, a cidade do Rio de Janeiro, dos demais municípios que a integram, todos eles situados no Estado do Rio;

3) possibilitar maior equilíbrio federativo pela criação de um Estado política e economicamente forte que dividirá com São Paulo a liderança no quadro institucional” (Brasileiro1979, p. 99,).

Ao que tudo indica esse “erro histórico” em muito contribuiu para o aprofundamento das desigualdades espaciais no estado. Se por um lado há “falta de laços históricos de solidariedade e de pertencer coletivo da população no novo Estado do Rio de Janeiro” (Davidovich, 2000, p. 10); por outro, essa separação jurídica dificultou qualquer modelo de desenvolvimento comum. Enquanto a Guanabara buscava soluções dentro do seu próprio território, o antigo Rio de Janeiro mantinha-se quase que inerte em sua decadência. Este último carente em infra-estrutura não conseguiu atrair indústrias que lhe dessem dinamismo. Como já citado, dependia unicamente das estatais. Vejamos o argumento de Santos (2002).

“Separado administrativamente do seu entorno, o núcleo da Região Metropolitana não financiou a implantação da infra-estrutura adequada para atrair investimentos industriais na Baixada Fluminense, área que certamente o mercado elegeria para localizar a expansão industrial fluminense. Em vez disso, a Guanabara teve que investir em novos vetores de expansão da cidade em busca de áreas disponíveis para receberem os desejados investimentos industriais, objeto de política governamental” (Santos, 2002, p. 13).

Melo e Considera (1986) estudaram a industrialização fluminense questionando os motivos que conjugaram, ao longo do século XX, um forte processo de esvaziamento econômico do estado. Algumas hipóteses foram traçadas pelos referidos autores e entre elas destaca-se a divisão institucional entre a cidade do Rio de Janeiro e o resto do interior do estado.

Realmente o cenário da economia fluminense nesse momento não era dos melhores. Pois além da separação administrativa narrada acima, os efeitos da ida da capital para Brasília também eram sentidos. São Paulo, pelos efeitos do Plano de Metas na segunda metade da década de 50, ampliou a diferença industrial em relação ao Rio. A transferência da burocracia para Brasília foi um duro golpe na centralidade da cidade. A partir de então, falar em esvaziamento do Rio de Janeiro tornou-se senso comum. Para Lessa (2000) “o Rio perdeu progressivamente o prestígio em processo cujo início foi a transferência da capitalidade para Brasília...” (Lessa, 2000, p. 345).

Retornando a idéia de Moreira (2001) de que o Rio se desenvolveu para desenvolver o país, o papel que coube ao Rio de Janeiro no II PND ratifica a sua tese. O Rio de Janeiro seria o espaço escolhido para localizar o desenvolvimento da tecnologia de ponta do país. Segundo Becker e Egler (1998) isso fazia parte da ambição de autonomia tecnológica nacional, inserido no projeto de transformação do Brasil em uma potência regional da

economia-mundo. Nesse sentido, importantes estatais ligadas aos setores tecnológicos de ponta vieram para o estado. Lessa (2000) destaca a Nuclebrás, o fortalecimento da Fundação Oswaldo Cruz e a Companhia Brasileira de Computadores (COBRA). Entretanto, esse bloco de investimentos estatais não conseguiu dinamizar o interior fluminense, nem tampouco o núcleo da metrópole viabilizou a interiorização do desenvolvimento, depois da fusão.

Entendemos, portanto, que diversos fatores contribuíram para a configuração territorial peculiar do Rio de Janeiro. De acordo com o que foi exposto acima, o modelo de desenvolvimento aplicado ao estado foi importante para o aprofundamento das desigualdades entre o núcleo do estado e seu interior. Aliado a isto, não podemos deixar de considerar que historicamente o centro do estado, o município do Rio de Janeiro, esteve separado administrativamente e juridicamente do seu entorno. Não há dúvidas de que isso tenha favorecido a estrondosa perda de dinamismo do interior fluminense. O fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido a capital do Brasil durante muitos anos também contribuiu para o isolamento desta com o interior do estado. Tudo isso significa que para estudar a crise fluminense, deve-se ter em mente que diversos foram os fatores tributários, e que estudá-los separados não resultará em uma resposta confiável. Entender a totalidade do problema requer um esforço muito grande em apreender as implicações e as relações existentes entre os fatores acima mencionados.

Concordamos que a ida da capital nacional para Brasília e a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro representaram duas importantes mudanças na estrutura do atual estado. Nesse sentido, o que nos parece é que até os dias de hoje o estado não conseguiu se reestruturar e pensar um modelo de desenvolvimento onde o núcleo e o interior caminhem harmonicamente.

II.1 - As transformações recentes do Centro Sul Fluminense e sua inserção na economia fluminense

O declínio da economia cafeeira implodiu as bases da economia do interior fluminense. Na verdade, as cidades fluminenses formadas em função do café não possuíam dinamismo. O trabalho escravo impedia a constituição de núcleos de comércio locais.

“As mesmas relações de trabalho escravistas em que se fundamentou aquela atividade impediram a formação no interior de uma infra-estrutura de cidades e de mercado que pudesse estimular atividades paralelas à cafeicultura e sustentar a economia fluminense após o *débaçle* cafeeiro, propiciando-lhe condições de recuperação e desenvolvimento” (Galvão, 1986, p. 99).

O capital que foi acumulado com a atividade cafeeira no interior fluminense fugiu desse espaço buscando locais e atividades mais dinâmicas e rentáveis. Nesse sentido, a partir do declínio da cafeicultura escravagista o interior do estado do Rio de Janeiro passou a viver um intenso processo de esvaziamento.

As pequenas cidades do interior tornaram-se estéreis. Para isso contribuiu muito a separação jurídica entre essas cidades e a cidade do Rio de Janeiro, a qual poderia comandar uma rede urbana formada a partir destas cidades do interior. Se, por um lado, não havia relações destas cidades com a cidade do Rio de Janeiro, por outro lado, estas cidades também não se relacionavam com os seus respectivos entornos rurais. Ou seja, inexistia no interior fluminense uma relação cidade-campo capaz de promover o desenvolvimento urbano e rural. As áreas rurais, sem dúvida alguma foram as mais atingidas.

A concentração demográfica do Rio de Janeiro e a baixa taxa de crescimento demográfico da maioria das regiões administrativas refletem o esvaziamento do interior, ao passo que os altos índices de urbanização dos municípios fluminenses evidenciam a estagnação do campo e a fraca relação cidade-campo. O Centro Sul Fluminense não é uma exceção.

A região em tela é constituída por duas microrregiões: Três Rios (Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Sapucaia) e Vassouras (Vassouras, Paty do Alferes, Mendes, Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontin). Ambas estão interligadas a região metropolitana por importantes vias: a BR – 040 (Rio – Juiz de Fora) para a primeira e a BR – 116 (Rio – São Paulo) para a segunda. Outra estrada importante é a BR – 393 que é acessada através de vias secundárias, sendo o tempo médio de viagem para a região metropolitana é de uma hora e meia.

O município de Três Rios constituiu-se no principal centro regional. Privilegiado por sua localização geográfica (entre Minas Gerais e Rio de Janeiro) e pelo entroncamento rodo-ferroviário presente em seus limites, a cidade desenvolveu um importante centro comercial em nível regional e um grande setor metalúrgico, representado pela indústria Santa Matilde, ligado ao ferroparismo. Com a decadência desse sistema de transporte a referida indústria viveu uma grave crise que conseqüentemente abalou a economia regional.

A década de 90 foi marcada pelas tentativas de recuperação dessa metalúrgica dada a sua importância na geração de emprego e renda para toda a região, a empresa já empregou cerca de 7.000 funcionários. Recentemente a iniciativa de lotear o espaço para outras indústrias do mesmo ramo vem sendo apontada como a solução para o problema. Outro setor industrial importante no município é a indústria de alimentos, a qual também atravessou problemas nos últimos anos. Além de Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul são outros municípios no eixo da BR - 040, cujo setor industrial

se destacam na escala local. Segundo estudos realizados pelo SEBRAE – RJ a indústria de transformação gerava 90,0% dos empregos industriais em Três Rios; 80,0% em Areal; 61,0% em Levy e 94,0% em Paraíba do Sul. No primeiro, os principais ramos geradores de emprego eram abate, produção de carne e preparação de produtos de carne e pescado (38,0%); construção e montagem de veículos ferroviários (14,0%); e fabricação de artigos de borracha (9,0%) (Cheibub, Simas e Almeida, 2001a). Em Areal a dependência do setor de produção farmacêutica é latente já que este gera 57,9% dos empregos industriais (Cheibub, Simas e Almeida, 2001b). Levy é um caso um pouco diferenciado, pois concorrendo com a indústria de transformação, o setor de construção civil emprega 38,0% dos trabalhadores secundários (Cheibub, Simas e Almeida, 2001c). No caso de Paraíba do Sul, fabricação de produtos cerâmicos (41,0%); fabricação de produtos diversos de metal (14,0%); fabricação de produtos alimentares (8,0%); e fabricação de bebidas (7,0%) eram os principais empregadores do setor secundário (Cheibub, Simas e Almeida, 2001d). Entretanto, o setor de construção civil é mais importante que as indústrias de transformação em termos de produção.

No eixo da BR – 116 dois municípios destacam-se em nível local pela produção industrial: Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin. A proximidade da região Metropolitana incentivou a instalação de algumas indústrias nessas localidades (Limonad, 1996). Em Miguel Pereira as pesadas participações da construção civil no PIB e na PEA indicam a sua principal função: segunda residência de moradores da região metropolitana, especialmente o Rio de Janeiro.

Três Rios é sem dúvida o município mais industrializado da região e, portanto mais dependente do desempenho dessa atividade. Em todos os municípios a construção civil contribui significativamente no PIB. A desqualificação e baixa remuneração dos trabalhadores desse setor e sua instabilidade não permitem entender esses dados de forma excessivamente positiva.

A maior industrialização do eixo da BR – 040 é explicada por Três Rios. A sua localização geográfica, como dito anteriormente, atraiu para o município atividades industriais que lhe tornaram a principal cidade da região. Deste município emanciparam-se Areal e Comendador Levy Gasparian, explicando a tradição industrial destes dois novos municípios. No eixo da BR – 116 os municípios de Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin foram escolhidos por algumas indústrias em função da sua proximidade com a região metropolitana do Rio.

Quadro 2: Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor dos municípios integrantes da região administrativa Centro Sul Fluminense – 1999.

	Agropecuária	Indústria de transformação	Construção civil	Serviços industriais de utilidade pública	Comércio	Transporte e comunicações	Intermediação financeira	Administração pública	Aluguéis	Serviços
Centro Sul Fluminense	3,81	15,81	16,08	4,18	7,43	9,19	2,36	6,96	24,77	9,39
Areal	1,85	21,88	17,48	3,02	3,74	8,17	1,94	5,05	20,24	16,84
Comendador Levy Gasparian	7,42	13,75	12,12	3,53	13,97	9,02	-	6,86	26,44	7,13
Engenheiro Paulo de Frontin	21,72	16,19	11,33	3,41	3,21	6,09	0,44	8,01	26,71	2,89
Mendes	0,74	18,16	13,46	5,67	4,97	12,36	2,67	11,32	27,47	3,18
Miguel Pereira	1,16	0,64	27,15	4,43	8,89	14,25	4,39	3,80	24,17	11,11
Paraíba do Sul	0,53	5,48	16,51	5,20	8,03	10,54	2,25	10,91	32,82	7,74
Paty do Alferes	4,98	1,68	12,36	5,00	7,90	9,95	1,33	5,94	44,99	5,87
Sapucaia	14,12	3,82	13,13	4,15	11,56	4,29	1,67	8,60	31,54	7,12
Três Rios	1,43	28,24	16,07	3,53	7,31	6,70	2,22	4,78	17,62	12,09
Vassouras	5,22	2,88	14,37	5,14	6,88	15,15	3,80	11,00	28,68	6,86

Fonte: CIDE, 2001.

Quadro 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais por classes dos municípios integrantes da região Centro Sul Fluminense – 1999.

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil
Estado	561	15.660	328	6.834
Centro Sul Fluminense	30	351	17	146
Areal	1	26	2	13
Comendador Levy Gasparian	4	18	-	5
Engenheiro Paulo de Frontin	-	25	2	3
Mendes	-	20	1	11
Miguel Pereira	1	26	2	23
Paraíba do Sul	2	47	1	19
Paty do Alferes	2	8	1	3
Sapucaia	4	27	2	10
Três Rios	12	117	5	50
Vassouras	4	37	1	9

Fonte: CIDE, 2001.

O setor terciário é o principal gerador de renda e emprego na região. Como a região não possui forte dinamismo econômico, o comércio e a administração pública tornaram-se importantes empregadores. Areal e Comendador Levy Gasparian são municípios emancipados de Três Rios, cujas economias ainda encontram-se fortemente vinculadas ao seu município de origem. Grande parte da população encontra-se empregada no setor

terciário, com destaque para o comércio, já que os municípios apresentam-se como núcleos dormitórios de Três Rios (Limonad, 1996). A recente emancipação tende a aumentar a participação do setor terciário na economia, já que a administração pública torna-se uma importante geradora de emprego (ainda mais em economias pouca dinâmicas). Paraíba do Sul também concentra boa parte da PEA no setor terciário, com destaque para o comércio. Este município também é marcado pelo movimento pendular de trabalhadores que aí residem, mas trabalham em Três Rios, cujo setor terciário também é um importante gerador de emprego. No eixo da BR – 040 Três Rios se consolidou como principal centro terciário, atraindo população de municípios vizinhos (Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Sapucaia) em busca de comércio e serviços.

Miguel Pereira, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Vassouras (em menor escala) tornaram-se áreas de segunda residência ou veraneio de moradores da região metropolitana, principalmente do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é natural que o setor terciário de suas economias apresente-se como importante gerador de renda e emprego local. Os destaques são o comércio de mercadorias e os serviços para atender a demanda dessa população de fim de semana. Em cidades que os sítios de fim de semana são muito presentes é usual que parcela da mão-de-obra local trabalhe como caseiro desses sítios. Entretanto, essas relações são, em sua maioria, informais. Isso não permite uma avaliação mais profunda desse potencial de emprego. Mas, sabemos que na média os salários pagos não devem ser muito altos e esses trabalhadores possuem outras fontes de renda. A cidade de Vassouras por sediar uma universidade, possui um dinâmico setor de comércio que atende a demanda dos universitários. No período de férias da universidade ou nos fins de semana é possível observar uma forte redução do movimento de pessoas nas ruas, indicando a importância da universidade para a economia local.

O eixo da BR – 116 possui uma forte vocação turística. Vassouras foi a cidade mais modelada pela economia cafeeira, sendo que as marcas dessa época encontram-se fortemente enraizadas na sua paisagem. Diversas fazendas são abertas a visitação e outras alugadas para filmagens de novelas e filmes. O turismo histórico e cultural é um viés de desenvolvimento para Vassouras, mas isto ocorre de forma incipiente. A falta de políticas concretas por parte do governo local e a divergência de interesses dos proprietários acabam por limitar o potencial turístico do município. A geração de empregos e renda através da rede de hotéis e pousadas, do comércio, dos transportes etc. dariam sem dúvida maior dinamismo a economia local. Entretanto, isso só ocorrerá no momento em que todos os proprietários perceberem que a convergência dos interesses e a cooperação entre eles, e deles com o governo e outros setores (comércio, hotéis, pousadas, transportes etc.) é vital para tornar o turismo uma alavanca de desenvolvimento territorial. Em Paty do Alferes, a Festa do Tomate tornou o nome da cidade conhecido em todo o estado e constituiu-se em

uma grande marca local. Os benefícios da festa extrapolam o local e ocorrem em âmbito regional. A rede de pousadas dos municípios vizinhos, principalmente Vassouras e Miguel Pereira, fica lotada e o comércio regional também é dinamizado. Trata-se de uma festa com motivação agrícola com repercussões positivas no campo e na cidade. Esse é um exemplo positivo do efeito multiplicador que o turismo realiza na economia. Ademais, evidencia que a cooperação entre os agentes beneficia todos os setores, até mesmo os localizados em espaços urbanos ou rurais. Os municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Mendes, como já evidenciado, possuem diversos sítios de fim de semana que são utilizados por moradores do Rio de Janeiro.

O turismo de aventura e ecológico é presente em Comendador Levy Gasparian. O encontro dos rios Paraíba do Sul, Paraibuna e Parnaíba é utilizado como atrativo do município, onde pratica-se o rafting, que consiste na descida de corredeiras. Nesse eixo da BR – 040 também há presença de algumas fazendas que timidamente procuram divulgar o turismo rural. Mas a exemplo do que ocorre em Vassouras, falta um projeto integrado.

Em relação a agropecuária a região não possui um forte desempenho. Apenas os municípios de Paty do Alferes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin e Sapucaia apresentaram PIB agropecuário superior que o da indústria de transformação em 1999. O grande destaque da produção agropecuária da região é o tomate. Em 2000, Paty do Alferes colheu quase 37 toneladas do produto e Vassouras aproximadamente 9,5 toneladas sendo respectivamente 2º e 6º maiores produtores do estado (CIDE, 2001). Vassouras, Paraíba do Sul e Sapucaia são, respectivamente, os três maiores produtores de leite regionais (IBGE, 1996). Essa produção é captada por algumas cooperativas locais que beneficiam o produto utilizando suas próprias marcas. A maior parte da produção atende ao mercado interno local. Em alguns casos, o leite é comercializado com a cooperativa Barra Mansa que passa a utilizar a sua marca e atende inclusive a demanda da região Metropolitana. A pecuária leiteira está presente em todos os municípios da região, entretanto apresenta-se como uma atividade pouco dinâmica, com baixa produtividade dada as condições de criação do animal e praticada precariamente pelos produtores.

Como alternativa a baixa remuneração da atividade agropecuária, as famílias rurais tendem a tornar-se pluriativas, desempenhando atividades agrícolas e não-agrícolas ao mesmo tempo com o objetivo de complementar a renda familiar.

A estrutura fundiária da região é marcada por grande quantidade de estabelecimentos até 100 hectares, entretanto os estabelecimentos superiores aos 100 hectares ocupam uma área total superior (ver quadro 4).

O fraco dinamismo da região é evidenciado pelos indicadores demográficos, cujos índices revelam que historicamente o Centro Sul Fluminense cresceu a taxas médias

inferiores às do estado (ver quadro 5). Em 2000 a participação da população da região no estado era inferior aos 2,0% (ver quadro 6). A participação do PIB regional no total do estado também revela a estagnação regional. Em 1999 a região contribuiu com menos de 1,0% no PIB do estado (ver quadro 7).

Os prejuízos da estagnação são mais intensos nas áreas menos dinâmicas. Nesse sentido, a população das áreas rurais foi a que mais atravessou dificuldades. A alta taxa de urbanização regional é explicada em parte pela tendência da população rural deslocar-se do campo para a cidade, visando melhores condições de vida. Essa população teve como destino principal, ao longo da história, a cidade do Rio de Janeiro. Porém, os núcleos urbanos locais receberam muitas pessoas vindas de suas áreas rurais. Em alguns municípios o movimento de urbanização estabilizou-se, mas em outros ele continua evoluindo (ver quadro 8).

Quadro 4: Estabelecimentos, por grupos de área, dos municípios integrantes da região administrativa Centro Sul Fluminense – 1996.

	Total	Menos de 10 ha		10 ha a menos de 100 ha		100 ha a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
		Est.	ha	Est.	Ha	Est.	ha	Est.	ha
Centro Sul Fluminense	1.937	694	2.572	855	35.186	371	101.502	16	32.684
Areal	75	20	89	34	1.402	20	4.820	1	2.018
Comendador Levy Gasparian	37	8	46	15	713	13	2.895	1	1.400
Engenheiro Paulo de Frontin	47	22	57	18	721	7	1.258	-	-
Mendes	30	14	28	9	365	6	1.006	-	-
Miguel Pereira	93	61	252	19	857	11	2.583	2	2.286
Paraíba do Sul	264	40	178	133	5.895	86	22.304	5	6.055
Paty do Alferes	250	148	583	91	3.353	11	3.198	-	-
Sapucaia	635	162	777	373	15.130	99	24.718	1	1.162
Três Rios	126	35	158	51	2.093	38	13.569	2	2.565
Vassouras	380	184	404	112	4.657	80	25.151	4	17.198

Fonte: IBGE, 1996.

Obs: Um estabelecimento em Mendes não declarou.

Quadro 5: Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual da população dos municípios integrantes da região administrativa Centro Sul Fluminense (1940 – 2000).

	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Estado	2,61	3,68	2,97	2,30	1,15	1,28
Centro Sul Fluminense	1,60	1,62	0,60	1,33	1,09	1,21

Areal	0,17	2,90	0,34	0,85	1,29	2,01
Comendador Levy Gasparian	- 1,24	1,68	1,45	2,90	0,94	1,29
Engenheiro Paulo de Frontin	2,48	1,44	- 0,33	1,11	- 0,62	0,09
Mendes	5,33	0,64	- 0,30	2,00	0,60	0,47
Miguel Pereira	2,94	3,07	- 0,80	0,58	1,44	2,31
Paraíba do Sul	1,37	1,51	0,47	0,90	1,36	1,08
Paty do Alferes	0,89	2,31	0,41	0,38	2,41	2,16
Sapucaia	0,33	- 0,21	- 0,26	- 0,71	0,29	1,18
Três Rios	1,55	2,53	2,71	2,62	1,23	0,97
Vassouras	1,40	0,91	- 0,12	1,10	0,82	1,02

Fonte: CIDE, 1996 e CIDE, 2001.

Quadro 6: População absoluta do Centro Sul Fluminense e seus municípios e participação da região e dos municípios no total populacional do estado e da região – 2000.

	População absoluta	Participação da população no total da região (%)	Participação da população no total do estado (%)
Centro Sul Fluminense	254.575	100	1,77
Areal	9.843	3,87	0,07
Comendador Levy Gasparian	7.922	3,11	0,06
Engenheiro Paulo de Frontin	12.163	4,78	0,08
Mendes	17.306	6,80	0,12
Miguel Pereira	23.889	9,38	0,17
Paraíba do Sul	37.376	14,68	0,26
Paty do Alferes	25.565	10,04	0,18
Sapucaia	17.147	6,74	0,10
Três Rios	71.962	28,27	0,50
Vassouras	31.402	12,34	0,22

Fonte: CIDE, 2001.

Quadro 7: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios integrantes da região administrativa Centro Sul Fluminense – 1999.

	PIB a preços de mercados	Participação do PIB municipal no total da região (%)	Participação do PIB regional e municipal no total do estado (%)
Centro Sul Fluminense	1.242.363	100	0,88
Areal	56.991	4,58	0,04
Comendador Levy Gasparian	33.591	2,70	0,02
Engenheiro Paulo de Frontin	56.413	4,54	0,04
Mendes	77.898	6,26	0,05
Miguel Pereira	109.581	8,81	0,08
Paraíba do Sul	132.176	10,63	0,09

Paty do Alferes	65.529	5,27	0,05
Sapucaia	76.405	6,14	0,05
Três Rios	503.170	40,47	0,35
Vassouras	131.608	10,58	0,09

Fonte: CIDE, 2001.

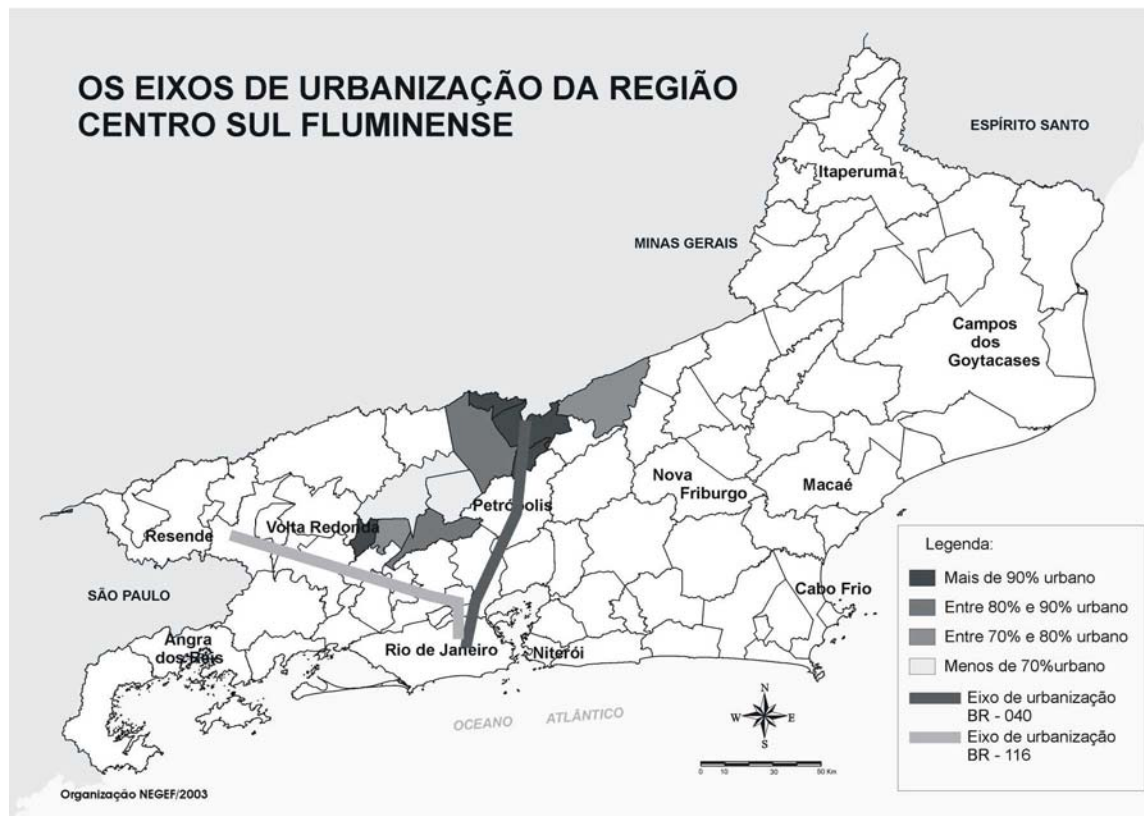
Quadro 8: Evolução da taxa de urbanização dos municípios integrantes da região administrativa Centro Sul Fluminense (1940 – 2000).

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Estado	61,25	72,58	79,00	87,90	91,82	95,25	95,53	96,04
Centro Sul Fluminense	31,64	35,02	43,18	54,28	66,80	79,30	81,18	83,11
Areal	23,37	32,30	37,60	57,59	68,48	79,44	80,63	90,45
Comendador Levy Gasparian	25,35	17,30	39,11	36,01	73,76	79,40	80,32	92,25
Engenheiro Paulo de Frontin	47,08	36,82	43,61	43,65	49,45	60,27	65,61	72,08
Mendes	61,52	47,45	53,62	60,26	66,63	99,33	96,21	99,04
Miguel Pereira	37,41	42,05	36,02	51,75	74,98	81,98	83,10	84,02
Paraíba do Sul	23,37	33,22	44,07	58,25	76,25	81,85	87,09	87,38
Paty do Alferes	14,15	18,86	19,16	22,91	21,68	61,47	65,05	68,03
Sapucaia	13,88	19,43	36,13	48,60	53,08	64,68	69,01	70,87
Três Rios	46,63	54,82	66,06	72,09	83,80	92,71	93,40	93,56
Vassouras	29,72	25,10	30,78	47,22	55,94	60,96	62,79	63,22

Fonte: CIDE, 1996 e CIDE, 2001.

Com exceção de Sapucaia o eixo da BR – 040 é altamente urbanizado. Isso se deve em grande parte à própria formação territorial. Cortado por importantes vias rodoviárias (BR – 040 e BR – 393) e pela ferrovia, esse eixo desempenhou importante papel de centro comercial entre Rio e Minas, liderado por Três Rios. O processo de urbanização foi intensificado pela atividade industrial e recentemente, pelo desmembramento territorial, pois as prefeituras (quando recém criadas) tendem a aumentar a área urbana municipal. No eixo da BR – 116 a urbanização é bem menos intensa, apesar de crescente. Os destaques são Mendes, Miguel Pereira e, em menor proporção, Engenheiro Paulo de Frontin que devido à proximidade e acesso fácil à metrópole favoreceu a multiplicação dos sítios de fim de semana. Assim, a população rural tende a se deslocar para a cidade e a produção rural declina. Vassouras e Paty do Alferes ainda possuem parcela significativa da população vivendo no campo. Quanto a este último, a sua taxa de urbanização evoluiu bastante nos últimos trinta anos. Isso tanto é consequência de sua emancipação, como da sua refuncionalização. Na verdade, o crescimento do turismo no município tem provocado o mesmo efeito que ocorreu em Mendes e Miguel Pereira, porém é cedo para afirmar se o processo terá a mesma proporção. Ou seja, os dois eixos de urbanização da região são as estradas BR – 040 e a BR – 116 (ver mapa 2).

Mapa 2: Eixos de urbanização da região Centro Sul Fluminense



O entendimento da região a partir desses dois eixos nos revela a heterogeneidade regional. Enquanto o primeiro apresenta-se vinculado às atividades terciárias e industriais, o segundo vincula-se com as atividades primárias e terciárias. Essa divergência é ratificada pelas diferenças existentes entre os dois pólos regionais: Três Rios e Vassouras.

III - Entraves e perspectivas para a retomada do desenvolvimento na região Centro Sul Fluminense

A última seção do trabalho nos permitiu uma constatação: a exemplo de quase todo o interior fluminense, a região Centro Sul encontra-se estagnada. Por isso é de extrema importância que além do diagnóstico, encontremos respostas para o problema e apontemos linhas (mesmo que gerais) que indiquem a saída crise. Destarte, trataremos agora dos entraves e das perspectivas para a tomada do desenvolvimento no recorte espacial em análise.

Na segunda parte do trabalho enfatizamos a importância do território para o desenvolvimento. Destacamos que as metrópoles e as regiões são importantes atores da globalização. Nesse sentido, sublinhamos que as regiões devem estimular a conectividade e cooperação entre seus agentes, instituições e representações. A procura por uma “marca” para a região é o objetivo de todos, assim como os ganhos obtidos. Entretanto, para isso é necessário que os municípios componentes da região possuam características similares. A

proposta de valorização do território e de cooperação de todos só terá sucesso se a região realmente apresentar características que lhe qualifiquem como tal. Caso contrário, os interesses serão divergentes, pois territórios heterogêneos possuem especificidades díspares.

Dessa forma, diagnosticamos o que muito provavelmente seja o maior entrave ao desenvolvimento da região Centro Sul Fluminense: a sua existência. Uma análise pormenorizada permite identificar que a região em tela não possui municípios homogêneos a ponto de reuni-los e qualificá-los como uma unidade regional. Portanto, a regionalização que tem como função facilitar o direcionamento de políticas públicas, nesse caso tanto as dificulta, como se tornou em um enorme entrave para o desenvolvimento da região por inteiro. Na verdade, é importante repensar toda a regionalização do estado do Rio de Janeiro, pois o Centro Sul Fluminense não é a única região a apresentar esse problema.

Também é necessária a formação de novas instituições. As quais seriam responsáveis por reunir os atores regionais a fim de debater políticas de âmbito regional. O incentivo à grupos de trabalho com o objetivo de identificar uma “marca” para a região e a partir daí inseri-la no mercado também se daria no âmbito desses grupos de trabalho. O estabelecimento de parcerias entre o público e privado facilitaria esse trabalho. Ou seja, a proposta é fomentar o contato entre os atores regionais para que através de um objetivo comum todos se beneficiem. Ademais, somente a cooperação entre todos os agentes permite criar um “meio” que irá se inserir no mercado através da qualidade e da diferenciação de seu produto.

Foi evidenciado que as metrópoles e as regiões são importantes atores da globalização. O Centro Sul não apresenta nenhuma configuração territorial que lhe qualifique como metrópole, porém a região está aproximadamente a uma hora e meia da metrópole carioca. Ou seja, a inserção da metrópole carioca na globalização pode trazer benefícios para a região em análise e para todo o interior fluminense. Destarte, enfatizamos a necessidade de estabelecer um plano de desenvolvimento estadual, no qual seja levantado às especificidades territoriais de cada região. Apesar de passados 25 anos da fusão dos dois estados, não se percebe a integração territorial produtiva fluminense a não ser em algumas cidades como Macaé, Resende, Volta Redonda e outras destinadas ao turismo de massa. A maior parte das cidades fluminenses é pouco dinâmica e constitui-se em passagem para outros estados. O Centro Sul Fluminense apesar de integrado ao resto do estado, assim como a outros, por importantes rodovias, não conseguiu territorializar um sistema produtivo que lhe concedesse uma melhor inserção na economia fluminense. As rodovias que cortam a região mais parecem enormes túneis por onde passam fluxos de mercadorias, pessoas e serviços sem beneficiar a região em si. O Centro Sul Fluminense hoje é apenas passagem. O reconhecimento das especificidades territoriais e a cooperação

entre os agentes locais são pré-requisitos da promoção do desenvolvimento. O sistema produtivo dinamizador de uma região em decadência não precisa e nem deve ser baseado na grande empresa. As pequenas empresas, além de empregarem mais, são mais flexíveis e inovadoras, nada impede, porém, que essas pequenas empresas estejam articuladas a outra grande.

Não podemos deixar de questionar o fato de que, à exemplo de grande parte do Brasil, as áreas rurais tem sido encaradas como residuais e portanto apresentam grande carência de serviços públicos. O entendimento das novas funções e dinâmicas desempenhadas por essas áreas (lazer, turismo, residência e proteção à natureza) assim como, da complexidade de suas relações com a cidade são possíveis meios de obter o desenvolvimento dessas áreas. Dessa forma estaríamos valorizando a especificidade territorial contida no rural, acabando com o mito que associa o rural ao atrasado e que enxerga na urbanização um fato inexorável representante do progresso. Dessa forma, o incentivo ao turismo rural, ecológico, de aventura, histórico e cultural são possibilidades de dinamizar o rural, a partir do reconhecimento de suas novas funções e da nova relação cidade-campo. Ainda com relação ao rural, devemos destacar que as famílias que mantêm atividades agropecuárias de pequeno porte, ou seja, os pequenos proprietários, devem ser privilegiados pelas políticas públicas. A agricultura familiar é, sem dúvida alguma, um viés de desenvolvimento rural.

Durante o trabalho foi possível perceber as diferenças existentes entre o eixo da BR – 116 e o da BR – 040. Nesse sentido, a refuncionalização desses eixos deve ser diferenciada. Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira situam-se na fronteira da região metropolitana e através do incentivo ao turismo podem atrair um forte fluxo de turistas. Vassouras e Paty do Alferes devem aproveitar suas formas pretéritas e desenvolver fortes programas de turismo rural, histórico e cultural. O turismo tem sido apontado para como a saída da crise por muitos municípios. Entretanto, essa atividade somente irá promover o desenvolvimento territorial se houver planejamento. Os agentes locais devem pensar juntamente na criação de uma logística que divulgue a marca turística local e que incentive a atividade. Deve-se ter cuidado com os problemas ambientais gerados pelo turismo rural e ecológico, pois a ausência de controle e fiscalização pode levar à degradação ambiental da área, impedindo, portanto a sustentabilidade da atividade. Tanto Vassouras como Paty do Alferes possuem um setor agro-alimentar (com destaque para a pecuária leiteira e a olericultura) que se estimulado pode gerar impactos positivos na geração de renda e emprego. A modernização da agropecuária e o incentivo às atividades agregadoras de valor ao produto primário é importante para o desenvolvimento local. Nesse sentido, é fundamental o estabelecimento de parcerias entre governo, produtores, agroindústrias, empresas de crédito e órgãos técnicos.

Em relação a microrregião de Três Rios (exceto Sapucaia), a sua refuncionalização deve aproveitar a tradição industrial e estimular a ida de indústrias que possibilitem a diversificação de seu parque industrial, evitando a dependência de um determinado segmento, como foi o caso da indústria Santa Matilde. O incentivo à formação de um sistema produtivo industrial baseado em pequenas empresas daria ao território maior flexibilidade e maior potencial de geração de empregos. O incentivo às relações de cooperação entre os municípios desse eixo deve ser ampliado até Petrópolis. Isso permitiria configurar ao longo de toda BR – 040 um eixo de pequenas empresas industriais muito dinâmicas. O incentivo à formação de um cluster industrial nesse eixo apresenta-se como alternativa viável de desenvolvimento. Seria redundante lembrar que a localização geográfica desse eixo é excelente. No âmbito desse projeto, a qualificação profissional da população deve ser alvo de muitos investimentos, tanto por parte do Estado como do setor privado. O município de Sapucaia possui competências territoriais muito diferentes das presentes nos outros municípios dessa microrregião. Finalmente, as perspectivas de desenvolvimento territorial em Sapucaia favorecem a conformação de um bloco com forte vocação agro-alimentar com alguns municípios da região Serrana.

Esse trabalho está longe de ser um ponto final na problemática em questão. Mais do que apresentar soluções prontas, o objetivo deste foi mostrar a necessidade de buscarmos caminhos novos. Caminhos que valorizem o local, o território, a relação cidade-campo, a cooperação e a sociedade por inteiro.

REFERÊNCIAS

- rABRAMOVAY, Ricardo. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.
- BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASILEIRO, Ana Maria. A fusão: análise de uma política pública. Brasília: IPEA/IPLAN, 1979.
- CHEIBUB, Zairo Borges; SIMAS, Marcelo Caetano Corrêa e ALMEIDA, Alberto Carlos. Diagnóstico socioeconômico do município de Três Rios. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ: PRODER, 2001a.
- CHEIBUB, Zairo Borges; SIMAS, Marcelo Caetano Corrêa e ALMEIDA, Alberto Carlos. Diagnóstico socioeconômico do município de Areal. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ: PRODER, 2001b.
- CHEIBUB, Zairo Borges; SIMAS, Marcelo Caetano Corrêa e ALMEIDA, Alberto Carlos. Diagnóstico socioeconômico do município de Comendador Levy Gasparian. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ: PRODER, 2001c.
- CHEIBUB, Zairo Borges; SIMAS, Marcelo Caetano Corrêa e ALMEIDA, Alberto Carlos. Diagnóstico socioeconômico do município de Paraíba do Sul. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ: PRODER, 2001d.
- CIDE. População do Rio de Janeiro 1872 – 1996. Rio de Janeiro: CIDE, 1996. CD-Rom.
- CIDE. Anuário estatístico do estado do Rio de Janeiro 2001. Rio de Janeiro: CIDE, 2001.
- DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. In: Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n. 9, p. 9-24. 2000.

- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Rio de Janeiro – contradições e ajustes de um espaço desigual. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói: UFF, volume 3. p. 97-109. 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia Sócio-econômico dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1996, v.2.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Nova economia, Belo Horizonte, n.1, v.7, p. 43-81, maio, 1997.
- IBGE. Censo Agropecuário do Rio de Janeiro 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- IGLIORI, Danilo Camargo. Economia de clusters industriais e desenvolvimento. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001.
- KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LAMÊGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIMONAD, Ester. Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense. Tese de doutorado, FAU/USP, São Paulo, 1996.
- MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia humana. IN: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron e SMITH, Graham. Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 31-64.
- MELO, Hildete Pereira de e CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização fluminense – 1930/1980. In: Revista do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, volume 3, p. 111-121.1986.
- MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: Anais do seminário: O estado do Rio no início do século XXI: olhando para o futuro. Rio de Janeiro: UFF, 2001. p. 127-132.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. IN: Revista de Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 13-26.
- RUA, João. Urbanidades e Novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. IN: Marafon, J. M.; Ribeiro, M. F. (orgs.) Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, 209 p.
- SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda do dinamismo? *Disponível na Internet*. <http://www2.uerj.br/lpp>. 13 nov. 2002.
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; e CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; e CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. IN: Revista de Estudos Avançados 15 (43), 2001.